



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 139ª reunião, realizada em 27 de março de 2024

1 Em 27 de março de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH),
2 por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
4 presidente suplente Marcelo da Fonseca, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Lorena
5 Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rafael Frederico
6 Valadão, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de
7 Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação
8 (SEE); Camila Favaro, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de
9 Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Matheus Vinicius Costa Neto, da Secretaria de Estado
10 de Saúde (SES); Carlos Alberto Valera, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Representantes dos
11 municípios: Ednard Barbosa de Almeida, da Prefeitura de Betim; Jhonata Soares Coelho, da Prefeitura de
12 Mantena; Marxiley Lima Azevedo, da Prefeitura de Nova Era; Carolina Gonçalves, da Prefeitura de Rio Pomba;
13 Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura de Patrocínio;
14 Tamires Batista de Sousa, da Prefeitura de Taiobeiras; Alan Eduardo de Souza Bueno, da Prefeitura de Itapeva.
15 Representantes de usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas
16 Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da
17 Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Priscila Gonçalves Couto
18 Sette Moreira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos
19 Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação
20 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias
21 Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas
22 Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe MG); Marco Aurélio de Carvalho, do Serviço Autônomo de
23 Saneamento Básico (SAAE Itabirito). Representantes de entidades da sociedade civil: Heleno Maia Santos
24 Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Pedro Tavares Lima, da Associação
25 para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto
26 Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Maurício Nicolau de Assis Bertachini, da
27 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação
28 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais (Abes/MG); Fábio da Cunha Garcia, do
29 Conselho Regional de Biologia - (CRBio 4ª Região); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias
30 da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
31 Uberlândia (UFU); Fernando Neves Lima, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1)**
32 **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 139ª
33 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos com as seguintes palavras: “Dou as boas-vindas a
34 todos vocês, conselheiros, encerrando esta semana, em que comemoramos o Dia Mundial da Água. Acredito que
35 muitos de vocês participaram conosco da nossa Semana... Foi uma semana extremamente rica, com diversas
36 capacitações e diversas entregas que o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos faz à sociedade
37 mineira neste ano, em que nós comemoramos 25 anos deste Sistema, a partir da publicação da Lei 13.199. Então
38 nós tivemos oportunidade de fazer uma avaliação do que foram esses 25 anos deste Sistema, e este Conselho
39 teve um papel fundamental na evolução do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, onde nós
40 conseguimos alcançar quase que a plenitude da implementação dos instrumentos previstos da nossa Política;
41 alguns ainda com algumas deficiências, mas o avanço foi significativo. Eu queria, na pessoa de vocês hoje
42 conselheiros, agradecer a todos aqueles que ao longo desses 25 anos ocuparam este Plenário, porque o sucesso
43 que nós alcançamos aqui foi fruto do trabalho e da dedicação de cada um de vocês.” **2) EXECUÇÃO DO HINO**
44 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.**

45 Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu só gostaria de comunicar que o Ibram, junto com a
46 Agência Nacional de Águas, no próximo dia 3, nós vamos lançar o livro sobre perspectivas e avanços na gestão de
47 recursos da mineração, na sede do Ibram, em Brasília, e depois vai ficar disponibilizada essa publicação
48 virtualmente. Nós não devemos imprimir essa publicação, mas está muito interessante, muito importante para a
49 mineração, porque a primeira edição, o primeiro livro sobre o assunto, foi em 2006, e 17 anos depois estamos
50 voltando com as novidades da gestão de recursos da mineração.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.**
51 Jeiza Fernanda Augusta de Almeida, da SEMAD, esclareceu sobre desincompatibilização de conselheiros nos
52 colegiados do CERH durante o período eleitoral, em caso de participação como candidatos a cargo público.
53 Informou que é exigida a substituição dos conselheiros que forem participar do pleito, conforme Lei
54 Complementar nº 64, e citou questões de impedimento de que trata a Lei 14.184 e os critérios de substituição
55 previstos no Regimento Interno do CERH. Orientou que seja consultado o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto
56 ao prazo para desincompatibilização, solicitou que o órgão ou entidade entre em contato com a SEMAD para a
57 formalização do respectivo processo SEI nos casos de necessidade de substituição para desincompatibilização ou
58 por qualquer outro motivo, que repassem essas informações aos respectivos membros titulares e suplentes e
59 colocou a Secretaria Executiva à disposição. **5) EXAME DA ATA DA 138ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a
60 ata da 138ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 15 de dezembro de
61 2023. Votos favoráveis: Abas, Abes, Abragel, Cemig, Copasa, CRBio, Faemg, Fiemg, Ibram, UFMG, IHMBio,
62 Instituto Espinhaço, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era,
63 Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa,
64 Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig e UFU. Abstenção: Prefeitura de Betim. Ausências: Prefeitura
65 de Itapeva, Prefeitura de Jordânia e Unifei. Justificativa de abstenção. O conselheiro representante da Prefeitura
66 de Betim justificou sua abstenção pelo motivo de não ter participado da reunião anterior. **6) MINUTAS DE**
67 **DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que dispõe sobre**
68 **a equiparação de entidade à Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. SEI/Nº 2240.01.0007237/2022-**
69 **70. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas**
70 **(Geabe/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados. Votos
71 favoráveis: Abas, Abes, Abragel, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, UFMG, IHMBio, Instituto Espinhaço, Peixe
72 MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova
73 Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito,
74 Seapa, Secult, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig e UFU. Abstenções: CRBio e MPMG. Ausências: Sede,
75 Prefeitura de Jordânia e Unifei. Justificativas de abstenções. Conselheiro Fábio da Cunha Garcia/CRBio: “Por não
76 estar totalmente inteirado dos detalhes das minutas.” Conselheiro Carlos Alberto Valera/MPMG: “Abstenção na
77 forma do artigo 9º do Ato 02/2023 da Corregedoria-Geral do Ministério Público.” **6.2) Minuta de Deliberação**
78 **CERH-MG que dispõe sobre a equiparação de entidade à Agência de Bacia Hidrográficas dos Comitês Nascentes**
79 **do Rio Grande (GD1/GD2), Vertentes do Rio Grande (GD2), Entorno do Reservatório de Furnas (GD3), Rio Verde**
80 **(GD4), Rio Sapucaí (GD5), Afluentes Mineiros dos Rios MogiGuaçu e Pardo (GD6), Afluentes Mineiros do Médio**
81 **Rio Grande (GD7) e Afluentes do Baixo Rio Grande (GD8). SEI/Nº 2240.01.0000604/2023-96. Responsável:**
82 **Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas (Geabe/IGAM).** Minuta de
83 Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas
84 registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.3) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia**
85 **de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu. SEI/Nº**
86 **2240.01.0000226/2024-17. Responsável: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).**
87 Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e
88 justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.4) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a**
89 **metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga. SEI/Nº**
90 **2240.01.0000221/2024-55. Responsável: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).**
91 Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e
92 justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.5) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a**
93 **metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios**
94 **Preto e Paraibuna. SEI/Nº 2240.01.0000270/2024-90. Responsável: Gerência de Instrumentos Econômicos de**
95 **Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados, com
96 votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.6) Minuta de Deliberação CERH-**

97 **MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí.**
98 **SEI/Nº 2240.01.0000224/2024-71. Responsável: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão**
99 **(Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos apresentados, com votos,
100 abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.7) Minuta de Deliberação CERH-MG**
101 **que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes**
102 **Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé. SEI/Nº 2240.01.0000273/2024-09. Responsável: Gerência de Instrumentos**
103 **Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos
104 apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.8) Minuta**
105 **de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia**
106 **Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Piracicaba. SEI/Nº 2240.01.0000222/2024-28. Responsável:**
107 **Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por
108 unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação
109 em bloco. **6.9) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos**
110 **hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio. SEI/Nº 2240.01.0000223/2024-98. Responsável: Gerência**
111 **de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade
112 nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco.
113 **6.10) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na**
114 **Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga. SEI/Nº 2240.01.0000225/2024-44. Responsável: Gerência de Instrumentos**
115 **Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade nos termos
116 apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco. **6.11) Minuta**
117 **de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia**
118 **Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari. SEI/Nº 2240.01.0000875/2024-51. Responsável: Gerência de**
119 **Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por unanimidade
120 nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação em bloco.
121 **6.12) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a Autoavaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito**
122 **do Sistema Estadual, referente ao 5º período do Ciclo 2 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela**
123 **Gestão das Águas (Progestão). SEI/Nº 2240.01.0001003/2024-87. Responsável: Assessoria de Programas,**
124 **Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por
125 unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação
126 em bloco. **6.13) Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a Autodeclaração das Metas de Investimento no**
127 **âmbito do Sistema Estadual, referente ao 5º período do Ciclo 2 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional**
128 **pela Gestão das Águas (Progestão). SEI/Nº 2240.01.0001003/2024-87. Responsável: Assessoria de Programas,**
129 **Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Minuta de Deliberação CERH aprovada por
130 unanimidade nos termos apresentados, com votos, abstenções e justificativas registrados no item 6.1, em votação
131 em bloco. **7) RELATÓRIO PROGESTÃO DAS METAS FEDERATIVAS 2023 E DESEMBOLSO DOS RECURSOS DO**
132 **PROGRAMA TRANSFERIDOS AO ESTADO ATÉ DEZEMBRO DE 2023. Apresentação: Assessoria de Programas,**
133 **Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Lilian Domingues, do IGAM, fez apresentação do
134 relatório do Progestão sobre metas federativas 2023 e desembolso dos recursos do programa transferidos ao
135 Estado referente ao 2º Ciclo, de 2019 a 2023. Ao final da exposição, informou que todo o acompanhamento do
136 programa pode ser feito na página oficial do Progestão (progestao.ana.gov.br) e no portal Infohidro
137 (portalinfohidro.igam.mg.gov.br). O presidente Marcelo da Fonseca propôs que a avaliação de todo o ciclo seja
138 planejada pela Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM) para que possa
139 ser pautada na próxima reunião do CERH. A conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Ibram,
140 parabenizou o IGAM pelo trabalho realizado: “Eu quero começar dando parabéns pelo trabalho, não é só pelo
141 meu afeto, mas a admiração mesmo pelos profissionais Marcelo, Lílian, Thiago, Alexandre... Parabéns pelo
142 trabalho. Eu fico feliz de ver esse crescimento, o IGAM cada vez mais competente. Há 40 anos eu entrei no IGAM,
143 então tenho uma história de um vínculo afetivo de verdade.” Em seguida, o presidente Marcelo da Fonseca
144 esclareceu dúvidas levantadas pela conselheira representante do Ibram relativas ao saldo de recursos e não
145 utilização de todos os valores disponíveis e informou que a partir do próximo ano deverá ser executado o
146 planejamento de utilização de praticamente 100% dos recursos, principalmente com programa de capacitação
147 das equipes. O conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo, da UFMG, parabenizou o IGAM pela apresentação: “Isso
148 são colheitas. Para termos colheitas, nós precisamos ter plantios. E se temos um resultado desse é porque o

149 plantio foi bom.” Em seguida, Lilian Domingues, do IGAM, esclareceu pontos da apresentação destacados pelo
150 conselheiro representante da UFMG em relação a despesas e receitas. **8) PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA O**
151 **SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS / PROGESTÃO. Apresentação: Assessoria de**
152 **Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Alexandre Magrineli dos Reis, do IGAM,
153 fez apresentação do Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
154 destacando a execução do planejamento de 2023 e a programação para 2024, resultados, dificuldades,
155 desafios. Em seguida, foram registradas as seguintes manifestações. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU:
156 “Parabenizar todo o trabalho feito, pela capacitação desenvolvida, e nós temos uma solicitação das Câmaras
157 Técnicas do CBH Araguari de uma capacitação temática para cada tipo de Câmara Técnica. Eu queria perguntar
158 para o Alexandre se nós podemos pensar numa parceria, porque tem algumas coisas que são específicas, um
159 pouquinho além daquela formação já preexistente com aqueles cursos que já estão disponíveis. Então eu queria
160 já antecipar isso e depois, Alexandre, ver se nós podemos fazer isso e como que nós podemos fazer isso.”
161 Alexandre Magrineli dos Reis, do IGAM: “Isso (capacitação) pode ser estudado de alguma forma. É até
162 interessante, é uma nova demanda que surge para nós. Além da capacitação geral, talvez, por especificidade de
163 cada Câmara, criar cursos, talvez no ‘Trilhas’ ou talvez até presenciais nos Comitês e para as Câmaras existentes...
164 Agradeço também e convido a todos os doutores presentes aqui a se cadastrarem como avaliadores. Nós estamos
165 sempre precisando de avaliadores para a Revista Mineira de Recursos Hídricos, e aqueles que tiverem também
166 inovações, pesquisas científicas em universidades ou centros de pesquisa, que achem interessante que seja
167 compartilhadas, podem enviar para os nossos e-mails sugestões de pautas, sugestões de temas das próximas
168 edições do ‘Sistema Consciência’.” Maria de Lourdes Amaral Nascimento/IGAM: “Nós já conversamos com o
169 pessoal da Gerência de Outorga, e já estão elaborando uma capacitação para todas as Câmaras Técnicas, que será
170 mais agora para o final do mês de abril, e vamos entrar em contato com vocês.” O conselheiro Sylvio Luiz
171 Andreozzi, da UFU, agradeceu a resposta do IGAM e reforçou a importância das capacitações também para a
172 Câmara Técnica de Planejamento, a Câmara Técnica de Instrumentos e a Comissão de Gestão de Contratos. “Todo
173 mundo pediu um treinamento, que é para trabalhar com maior facilidade com os desafios que virão durante esses
174 dois anos”, destacou. Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Na próxima semana, no dia 4, vai haver em Indianópolis
175 uma reunião de análise sobre a equiparação na Bacia do Rio Araguari. E lá a nossa equipe estará presente, será
176 um momento de ponderar com alguns conselheiros que farão parte, se for o caso da prorrogação ou outro meio
177 de indicação da entidade, esses tipos de demanda. Eu acho que é bem importante a equipe que for acompanhar
178 a execução do contrato de gestão estar muito ciente das responsabilidades e do quanto aquilo é importante
179 enquanto instrumento de entrega para a sociedade. Contrato de gestão é o meio que nós temos de repasse de
180 recursos com as entidades equiparadas e, portanto, tem que ter uma eficiência de retorno para a sociedade da
181 aplicação do recurso da cobrança.” **9) SITUAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS HÍDRICOS NO ESTADO.**
182 **Apresentação: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Allan de Oliveira Mota, do IGAM,
183 fez apresentação da situação do enquadramento dos corpos hídricos no Estado de Minas Gerais. Após a
184 exposição, foram feitos os seguintes destaques. O presidente Marcelo da Fonseca ressaltou “um trabalho muito
185 próximo entre Agência e Comitê Interfederativo” e destacou grandes avanços obtidos nas bacias hidrográficas:
186 “Em especial, no Doce, Paraíba do Sul, que estamos fazendo agora; no São Francisco também está seguindo essa
187 mesma lógica, no Paranaíba também vem com esse modelo de ter os instrumentos de planejamento de forma
188 integrada. Então é algo desafiador, que estamos avançando, e mais desafiador que elaborar o enquadramento é
189 efetivar o enquadramento. Os desafios estão aí postos.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo, da UFMG:
190 “Parabéns pela apresentação. Eu tenho só um questionamento. Nós formamos um GT, um grupo técnico, no SF6,
191 no Norte de Minas, eu estou acompanhando desde o início e observei ao longo do trabalho, inclusive, questionei
192 a empresa que está executando a questão dos dados obtidos para constituição do enquadramento. O que quer
193 dizer isso? Hoje as coisas estão mudando, áreas de recargas hoje já têm eucalipto, área de vereda hoje já não
194 existe mais. Então esse enquadramento, na minha opinião – eu passo aqui para o Conselho, até como forma de
195 refletirmos –, precisa que as pessoas vão até os locais. Porque, às vezes, eu pego dados da Codevasf, dados da
196 Supram, da Emater, das próprias universidades, e muitas vezes a realidade difere um pouco. Então eu questionei
197 isso no SF6, porque queremos algo que consiga trazer retorno para a bacia hidrográfica em que estamos
198 trabalhando. Aparecem muito, às vezes, corpos d’água que eram perenes e hoje são efêmeros ou são
199 intermitentes; e nesse enquadramento, às vezes, entram como 1, como 2. Ou então locais de nascentes, que
200 geralmente entravam como 1, hoje já têm muito resíduo de agrotóxico de empresas também. Aqui no Norte eu

201 rodo muito, eu não fico em sala de aula só, eu rodo muito a região, então conheço um pouco. Isso facilita uma
202 caracterização, um posicionamento. Então fica, Marcelo, uma dica, uma reflexão, para termos dados confiáveis.”
203 Conselheiro Pedro Tavares Lima/Promutuca: “Eu só queria parabenizar as duas apresentações, foram muito
204 bacanas.” Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “As apresentações foram ótimas e
205 sintéticas. Eu atuo aqui nos Comitês de cabeceira, desde a criação dos Comitês, atuo pelo Poder Público Municipal,
206 e o objetivo dessa fala é dizer que esta gestão do IGAM se destacou. Essa ênfase em capacitação, talvez a segunda
207 fase seja a atualização do Plano Integrado, que eu acredito que também vai ser eficaz. E essa administração me
208 surpreendeu e se destacou. Parabéns a todos vocês. Acredito que o caminho é esse mesmo, informação, boa
209 informação, informação de qualidade.” **10) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “A nossa
210 diretoria herdou, no Comitê do Araguari, aquela modificação do Regimento Interno relacionada à Deliberação
211 Normativa nº 78. Nós entendemos que no Comitê não podemos interferir no mérito, porque não é uma decisão
212 nossa, é uma decisão que foi deliberada. Inclusive, uma dúvida é se é uma deliberação da Câmara Normativa ou
213 do Conselho Estadual. E esse é um dos questionamentos que foram feitos. Eu vou fazer o encaminhamento via
214 comitê do Araguari, mas já queria antecipar algumas coisas... Por exemplo, uma das dúvidas que serão
215 encaminhadas por escrito é exatamente quais são esses outros setores de produção de energia. Só para lembrar,
216 Marcelo, que foi o desdobramento do segmento usuários, um dos setores dentro do segmento, que era
217 hidroeletricidade e outras formas de produção de energia, que foi desdobrado em hidroeletricidade, que ficou
218 isolado; e outras formas de produção de energia passou a ser um novo setor dentro do segmento. E produção de
219 energia é um termo muito vago. Nós estamos falando, especificamente, de produção de energia elétrica? Esse é
220 o primeiro questionamento. O segundo questionamento é: dentro dos vários setores que produzem energia
221 elétrica ou das várias maneiras de produzir energia elétrica, como é que eu vou encaixar a questão da relação
222 dessa produção com a água? Porque nós estamos falando de segmento de usuários. Vou dar um exemplo, e tudo
223 isso foi colocado dentro da nossa reunião: no setor de fotovoltaica, como que é essa relação de uso de água?
224 Porque a princípio, a priori, todas as atividades econômicas usam água. Então por que é que essa atividade vai
225 para um conselho, o que a faculta? No nosso imaginário, existe uma relação entre usuários e outorga. E aí eu fiz
226 uma pesquisa para saber a definição de usuário, não encontrei. Não significa que não exista, mas eu não encontrei,
227 nem nas diretrizes do Conselho Nacional nem do Conselho Estadual, a definição de usuário. Existe uma definição
228 indireta, por exemplo, na DN 16 do Conselho Nacional, que é a DN sobre outorga. E lá diz mais ou menos quem
229 pode ser outorgado, mas não define categoria. Então essas dúvidas que foram lançadas, Marcelo, eu creio que
230 não são um problema em relação à DN 78, mas acho que uma possibilidade que nós temos para avançar a
231 legislação, para que nós tenhamos mais segurança, inclusive, para definir quem é que pode, quem é que não pode
232 participar, inclusive, dos certames eleitorais. Porque essa DN atinge todos os Conselhos do sistema. A partir do
233 momento que você altera a composição, todos os Conselhos estão passíveis. Existem dois instrumentos no
234 Sistema Nacional, que são o cadastro de usuários e aquele sistema de regulação de usuários. E talvez nós
235 possamos fazer alguma coisa para avançar, para que não haja dúvida de quem pode concorrer, como pode
236 concorrer, como é o processo de inscrição. Porque todas essas dúvidas vieram. Por sorte, nós não estávamos às
237 vésperas de um pleito eleitoral para a composição da Câmara Técnica, mas, como no horizonte isso se vislumbra,
238 seria muito bom se nós pudéssemos sanar todas essas dúvidas. E temos, inclusive, um ato, novamente, colocando
239 Minas à frente do processo, para definir exatamente o que é um usuário para o sistema. Não usuário de água,
240 mas para o sistema, o que é um usuário, como que se classifica, como se apresenta o usuário. Além dessas
241 questões relacionadas a esse desdobramento, as duas supressões que ocorreram, no artigo 6º, parágrafos 5º e
242 8º. Uma delas trata da questão da isonomia. Ela foi retirada, mas foi mantido o caput do artigo, que fala de
243 paridade. O parágrafo que foi retirado dizia o seguinte: ‘não havendo a possibilidade de paridade, possibilidade
244 matemática da paridade...’ Não é com essa redação, mas é isso que ele queria dizer. ‘... os setores de cada
245 segmento é que poderiam fazer a negociação para a redistribuição das vagas’. Com a retirada desse parágrafo,
246 não há normativa. Então, por exemplo, no CBH Araguari, nós temos nove vagas para o setor usuário, e tem sete
247 de categorias. Como é que serão distribuídas essas outras duas vagas? Antes havia uma normativa, mesmo que
248 ela fosse ampla, você coloca os representantes, e os representantes decidem. Agora não há mais normativa. Então
249 ficou um vácuo, não há procedimento a se tomar, o que inviabiliza o caput do artigo, que é a manutenção da
250 paridade. Não há como manter a paridade se não houver, matematicamente, a conjunção de vagas e pleiteantes.
251 Então tem um problema para ser resolvido. O outro é a respeito da questão de que antes estava proibido para
252 concorrer no setor de poder público municipal, as associações de municípios e os consórcios. E o que foi levantado

253 é o seguinte: um município que faz parte de um consórcio pode se candidatar enquanto ente isolado? Caso seja
254 eleito, ao participar do consórcio, ele não está rompendo o princípio da isonomia? Então essa é uma questão,
255 porque antes você não tinha, porque a concorrência era entre iguais. Agora você tem entre municípios a
256 concorrência, mas também entre grupamentos de municípios. Então nós temos uma preocupação quanto à
257 questão da isonomia, não só no exercício, mas quanto à concorrência também. Foram levantadas essas dúvidas,
258 e eu acho que nós temos uma oportunidade, inclusive, de rediscutir para entender por que num determinado
259 momento foi aprovado que não poderia concorrer e depois foi aprovado que poderia concorrer. São essas dúvidas
260 no geral, mas depois estão especificadas. Marcelo, sempre no sentido de colaborar, nós poderíamos também
261 lembrar que alguns setores, como o setor de turismo, setor de pesca, também precisam de uma certa
262 regulamentação para poder participar. Então seria um bom momento de nós discutirmos essas variáveis possíveis,
263 e creio que fechar um modelo. Inclusive, eu acho que nós temos uma oportunidade de suplementar uma
264 legislação que tem alguns espaços ainda não esclarecidos.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Professor,
265 encaminhe para nós, e vamos ver como caminhar nessa discussão, se uma discussão no Plenário ou na Câmara
266 Normativa e Recursal. Mas é importante esclarecer esses pontos que o senhor traz.” Conselheira Maria Aparecida
267 Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Eu quero comungar dessa dúvida do professor Sylvio com relação a geração de
268 energia hidrelétrica, que a lei é muito clara sobre isso, e acabou se criando essa confusão. Eu acho que tanto no
269 Conselho Nacional quanto na lei estadual é muito claro que o usuário de recursos hídricos é aquele passível de
270 outorga, se ele tiver uma outorga direta para o uso que está fazendo. Então quando falamos de eólica, de solar,
271 se ele não usa a água diretamente para produzir a energia, eu também não vejo onde ele pode ser usuário de
272 recursos hídricos. E ele provavelmente usa a água de uma companhia de abastecimento ou de um poço de água
273 subterrânea. E esse seria o uso. É claro que está prevista a competência tanto do Conselho Nacional quanto do
274 Conselho Estadual de definir outros usos, mas eu acho que está faltando entrarmos justamente e aprofundarmos
275 mais nessa questão, se há intenção de definição de outros usos, desde que ele não fira o princípio que é usuário
276 passível de outorga.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu queria fazer dois comunicados. O primeiro deles é que
277 nós estamos hoje na última semana para que os usuários de recursos hídricos de Minas Gerais façam a declaração
278 de uso. Então peço a todos que levem esse comunicado até seus pares e representantes setoriais. E da mesma
279 forma informar que foi lançado, na última semana, um novo sistema de outorga de Minas Gerais, que ainda está
280 na sua versão Beta, e está aberta a oportunidade para os consultores e demais usuários do futuro sistema fazer
281 os testes. Para realizar os testes é necessário fazer um cadastro, basta acessar o site do IGAM e cadastrar para
282 que participe do processo de teste do sistema.” **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
283 tratados, o presidente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual
284 foi lavrada esta ata.

285
286
287
288
289
290

APROVAÇÃO DA ATA

Marcelo da Fonseca
Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos